



TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A. - “em Recuperação Judicial”

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2014 e 2013
com Parecer dos Auditores Independentes

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A.- “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2014 e 2013

Índice

Relatório da Administração.....	3
Balancos Patrimoniais.....	14
Demonstrações do Resultado.....	16
Demonstrações do Resultado Abrangente.. ..	17
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto).....	18
Demonstrações do Valor Adicionado.....	19
Demonstrações do Fluxo de Caixa.....	20
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	21
Parecer dos Auditores Independentes.....	55
Parecer do Conselho Fiscal.....	60
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	61
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes.....	62

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício de 2014 a TEKA, em que pese os constrangimentos da situação de recuperação judicial, exposta e analisada no presente relatório, não poupou esforços e conseguiu implementar as primeiras etapas do detalhado Plano de Negócios, Operações e Atuações, que havia sido elaborado ainda em 2013, para vigência do presente até o ano de 2026.

Este Plano, elaborado pela Diretoria e com pleno engajamento de gerentes e supervisores, compreendia 5 (cinco) etapas: Saneamento, Controle, Autosustentação, Gestão de Negócios e Crescimento. A implementação das primeiras etapas teve como mais auspicioso resultado a preservação de seus postos de trabalho, na ordem de 1.600 (um mil seiscentos) colaboradores, e a capacidade de operar apresentando um volume de produção e vendas em curva ascendente, ainda que refletindo movimentos pontuais e sazonais.

Contudo, à exemplo da quase totalidade do setor industrial, viu-se a empresa fortemente agredida pelo súbito e acentuado aumento no preço da energia elétrica, um dos insumos fundamentais na produção têxtil, cujos custos não podiam ser acrescentados aos preços de seus produtos e repassados aos consumidores. Enfrentar tal majoração de dispêndios constituiu desafio significativo e legitimou os esforços e medidas empreendidas pela empresa conferindo prioridade à redução de custos e procedendo a severa contração de despesas, tudo em prol da manutenção de sua capacidade competitiva no mercado. Na busca pelo aperfeiçoamento de Processos, cabe destacar o empenho da Área Industrial, logrando alcançar aprimoramentos tecnológicos que permitiram a redução do consumo de água e energia, expressiva contribuição para enfrentamento dos custos, especialmente, energia elétrica, tão súbita e expressivamente aumentada.

Igualmente, na Área Comercial envidaram-se esforços, os quais, objetivando o alcance de vendas maiores, exigiram também criatividade na identificação de imprescindíveis ações promocionais, porém, que representassem dispêndios modestos e propiciassem resultados em prazos aceitáveis. Exemplo disto foi a participação da TEKA na TMT Turnê do Mercado Têxtil, plataforma para divulgação das novas coleções e produtos, confirmando sua reputação de empresa inovadora. Grato reconhecimento foi ter sido conferido à TEKA pela 14ª Pesquisa Nacional das Marcas Preferidas de produtos de hospedagem - Revista Hotelaria Prêmio Hot Vip 2013/2014 o prêmio de marca mais lembrada e preferida no segmento Cama, Mesa e Banho.

Como parte destas ações e buscando o crescimento de vendas nos próximos exercícios, procedeu-se a total reestruturação da força de vendas.

As ainda tímidas manifestações de interesse por parte de importadores, vários que, por força de larga experiência e sadio relacionamento, sempre nutriram apreço pela TEKA e seus produtos, surgiram na forma de exportações ainda em valores bem acanhados, mas, que estimularam a igual reestruturação da Área Comercial de Exportação, visando não apenas a América Latina como também a recuperação do mercado de outros países, face à nova e inexorável política cambial que, de 2015 em diante, vigorará. Cumpre porém, alertar para que o custo de insumos, notadamente energia elétrica, não comprometa o atingimento de tão necessário objetivo nacional, qual seja incremento de exportações.

A Área Financeira, com o apoio de consultoria especializada, continuou buscando e negociando a captação de recursos no mercado financeiro, imobiliários e de capitais, inclusive, renegociando dívidas e, assim como toda a empresa, com ênfase na redução de custos e despesas.

É, contudo, deplorável que, na sequência da promulgação de tão lúcido e pertinente instrumento legal como a Lei nº 11.101, que estabeleceu a recuperação judicial e os caminhos para a retomada operacional das empresas e manutenção de empregos e relações econômicas com fornecedores e clientes, ainda não se disponha no Brasil de formulações financeiras coerentes com tais situações, à exemplo de outros países, notadamente, os Estados Unidos.

Por outro lado, é gratificante constatar a atuação e o empenho de Magistrados em Varas de Recuperações Judiciais que, transcendendo aos conhecimentos jurídicos, tem-se mostrado como efetivos influenciadores, orientadores e implementadores da reformulação e sobrevivência de empresas.

Em que pese a homologação do plano de Recuperação Judicial ter se legitimado em primeira instância em Janeiro de 2014, a empresa achou por bem cumprir a primeira parte do plano de recuperação, que atende o art. 54 da lei 11.101/2005, de forma antecipada. Mesmo sem o plano ter transitado em julgado, no sentido de cumprir o seu principal objetivo a que a empresa se propõe: a manutenção dos postos de trabalho e portanto o sentido social a que a empresa se destina, apesar de sua obrigação no cumprimento da primeira parte do plano, como determina a lei ser após 12 meses da homologação do plano, a empresa cumpriu essa obrigação, de forma antecipada, em Novembro de 2014, ou seja, 10 meses após a decisão judicial, o pagamento dos trabalhadores ativos que constavam do edital da Recuperação Judicial. Efetuamos a venda de algumas máquinas tecnologicamente ultrapassadas, com a autorização do juiz da Recuperação Judicial através de leilão, para o mercado atual, passando a operar com 100% da capacidade instalada (1030 ton/mês) com menor custo, além de gerar capital de giro adicional sem custo financeiro.

A homologação do Plano de Recuperação encontra-se pendente no Tribunal de Justiça de Santa Catarina face a recursos de credores a serem julgados ainda. Assim, esclarecemos que os efeitos da Recuperação Judicial protocolada pela TEKA em outubro de 2012 não estão ainda reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, porém numa análise preliminar detalhamos no quadro abaixo estes e outros efeitos decorrentes de possíveis demandas judiciais e acordos a serem concretizados:

Coluna - Ajustes RJ -> efeitos contábeis da Recuperação Judicial

Coluna - Ajustes RJ Pós -> efeitos contábeis da Recuperação mais as demandas jurídicas

BALANCETE PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31/12/2014 - COMPARATIVO

PASSIVO	AJUSTES RJ		AJUSTES RJ pós
	EM 31/12/2014	EM 31/12/2014	EM 31/12/2014
CIRCULANTE			
Fornecedores do País	259.645	99.497	99.497
Empréstimos e Financiamentos	271.284	152.789	95.109
Prov.do Imposto de Renda	7.069	40.089	57.209
Debêntures a Pagar	47.994	25.605	25.605
TOTAL CIRCULANTE	1.589.271	1.321.257	1.280.697
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Fornecedores do País	65	(61.519)	(61.519)
Debêntures a Pagar	0	168.079	105.916
TOTAL NÃO CIRCULANTE	287.865	394.360	332.197
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
(PREJUÍZOS) ACUMULADOS			
(Prejuízos) Acumulados	(1.192.025)	(1.192.025)	(1.192.025)
(Prejuízo) no Exercício	0	92.146	242.222
	(1.192.025)	(1.099.880)	(949.804)
Total do Patrimônio Líquido	(1.046.178)	(954.033)	(803.956)
TOTAL DO PASSIVO	830.957	761.585	808.938
RESULTADO			
Financeiras:			
Despesas Financeiras	(143.437)	(114.307)	(100.399)

Outras Receitas Operacionais	34.159	249.866	410.536
Outras Despesas Operacionais	(60.788)	(180.461)	(187.841)
RESULTADO ANTES DA TRIB. E PARTICIP.	(147.032)	(21.867)	145.329
Provisão I.Renda e Contrib.Social Diferidos	8.388	(24.632)	(41.752)
(PREJUÍZO)/LUCRO NO EXERCÍCIO	(138.650)	(46.505)	103.571

No Planejamento Estratégico da empresa para 2015, está previsto um crescimento significativo em relação a 2014. As premissas para este crescimento são a reconquista do seu market-share mediante a maior oferta de seus produtos ao mercado consumidor (interno e externo), com o lançamento de novas coleções, produtos, participação em feiras têxteis, bem como a atuação em novos nichos e canais mercadológicos. Tem como prioridade focar na gestão de marcas e unidades de negócios, implementar novos projetos e investir na otimização da produção.

Em 2015, com a aprovação e homologação do Plano, tornar-se-á possível a venda de outros ativos, permitindo à TEKA incrementar sua produção e vendas a custos menores, eliminando a ociosidade e taxas financeiras abusivas para uma economia brasileira e concorrência globalizada.

A produção industrial brasileira fechou 2014 com um dos piores resultados dos últimos 10 anos, segundo a série histórica do IBGE. O índice geral demonstrou um recuo de 3,2% em relação ao ano anterior, mas a TEKA teve um incremento de receita na ordem de 3,9%.

O cenário macro econômico para 2015 não aponta índices muito favoráveis, porém a TEKA -almeja neste momento apenas a retomada da sua marca firmemente reinserida nos pontos de venda.

A Administração está confiante na execução dos números projetados e deposita toda a sua confiança nos negócios da companhia para os próximos anos.

A seguir informamos a projeção para 2015 juntamente com a comparação dos indicadores de 2013 e 2014.

PRINCIPAIS INDICADORES

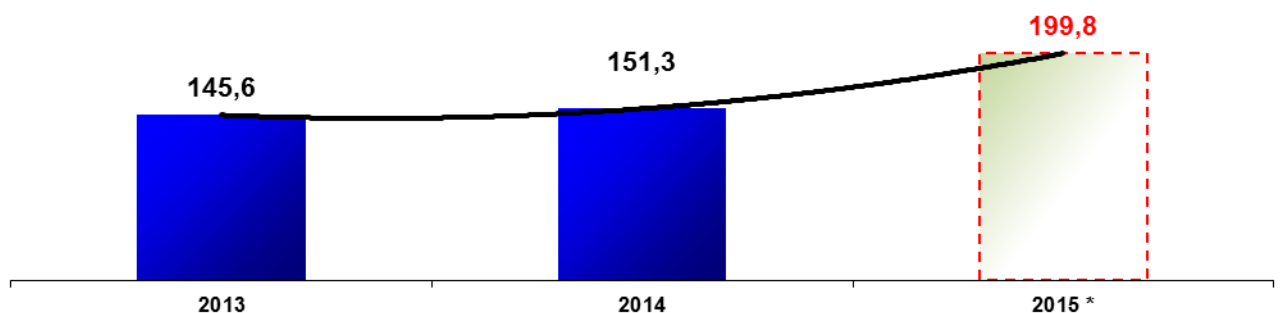
	2013	2014	2015 *	(%) 20014 - 2013
RECEITA BRUTA CONSOLIDADA	145,6	151,3	199,8	3,9%
MERCADO INTERNO	135,9	140,0	186,1	3,0%
MERCADO EXTERNO	9,7	11,3	13,7	16,1%
LUCRO BRUTO CONSOLIDADO	35,1	28,0	35,7	-20,1%
EBITDA	(23,5)	(31,2)	5,8	33,0%
PRODUÇÃO (Tons mil)	4,9	4,8	6,5	-2,3%
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	(154,9)	(138,7)	(109,1)	-10,5%
(% Receita Líquida)				
CPV CONSOLIDADO	69,4%	76,6%	73,0%	7,2%
RESULTADO DA ATIVIDADE (gerencial)	-27,4%	-31,9%	-1,0%	-4,5%
RESULTADO OPERACIONAL (gerencial)	-47,5%	-51,2%	-10,9%	-3,8%
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	-135,2%	-115,6%	-66,4%	19,6%

2015 * PROJEÇÃO

RECEITA BRUTA (R\$ MM)

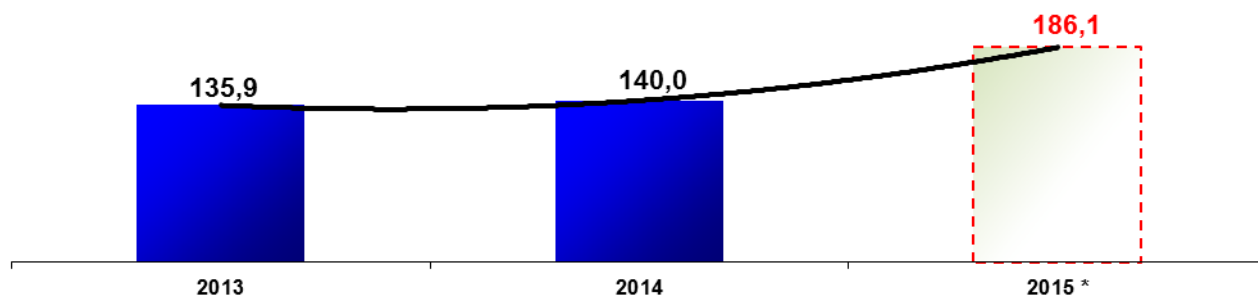
A Receita Bruta em 2014 apontou um aumento de 3,9% em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 151,3 MM.

RECEITA BRUTA CONSOLIDADA TEKA (R\$ milhões)



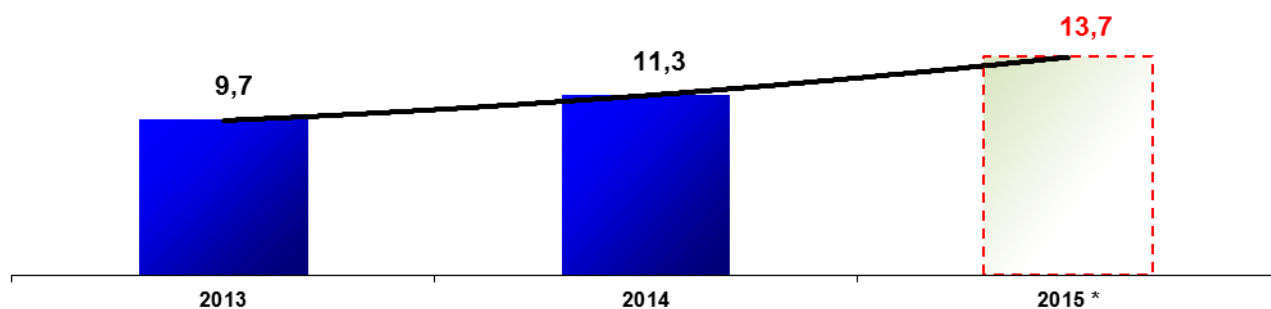
O faturamento no Mercado Interno ficou em R\$ 140,0 MM, apresentando um aumento de 3,0% no comparativo com 2013. O valor do Mercado Interno representou 92,5% do faturamento total da Empresa.

MERCADO INTERNO (R\$ milhões)



O faturamento no Mercado Externo aumentou em 16,1% em relação a 2013 representando R\$ 11,3 MM.

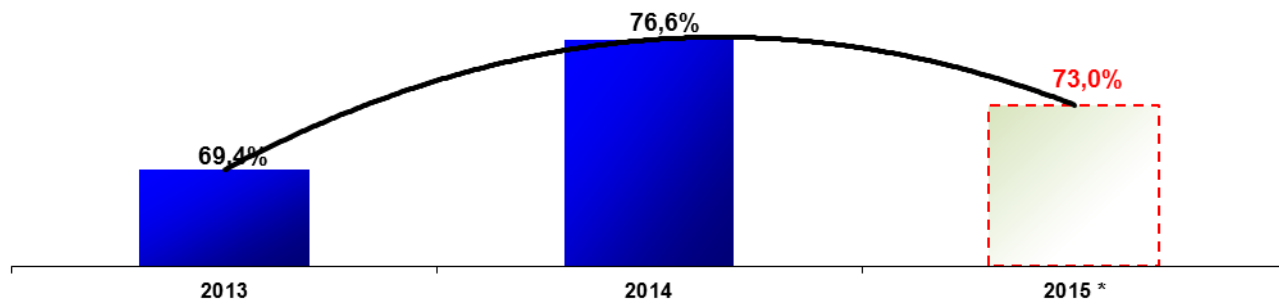
MERCADO EXTERNO (R\$ milhões)



CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

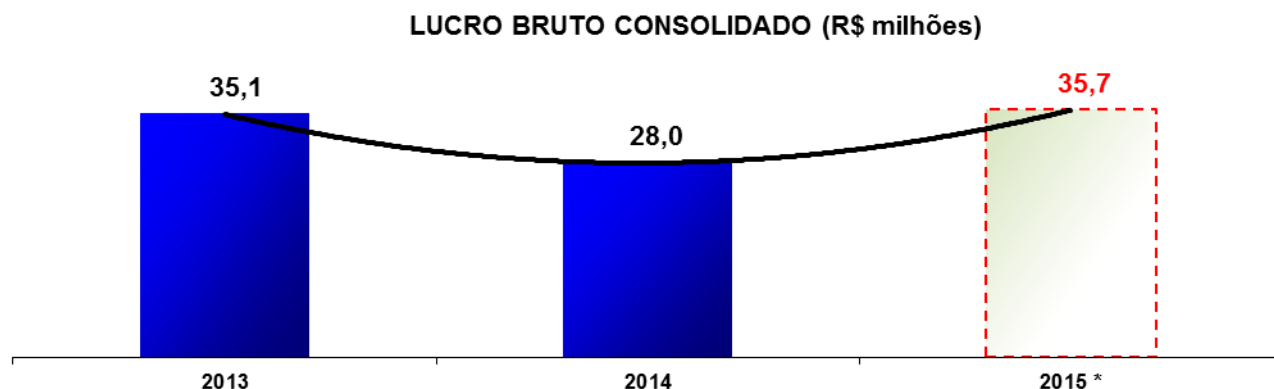
Nosso CPV foi de R\$ 91,9 MM em 2014, 15,6% acima de 2013 (R\$ 79,5 MM).
A margem do CPV pela Receita Líquida saiu de 69,4% em 2013 para 76,6% em 2014.

CPV CONSOLIDADO (% da Receita Líquida)



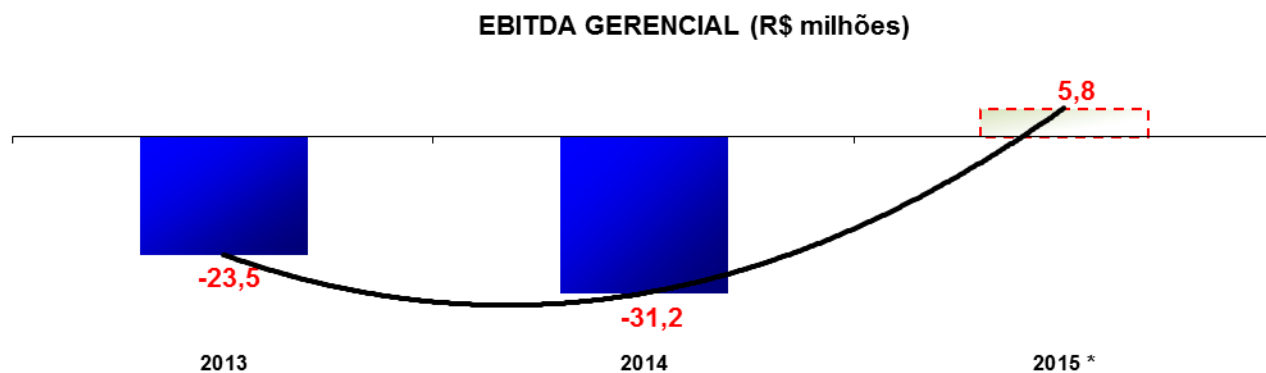
LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto de R\$ 28,0 MM foi 20,2% menor em comparação ao mesmo período de 2013. Em 2013 o valor foi de R\$ 35,1 MM. A margem do Lucro Bruto pela Receita Líquida partiu de 30,6% em 2013 para 23,4% no ano de 2014.



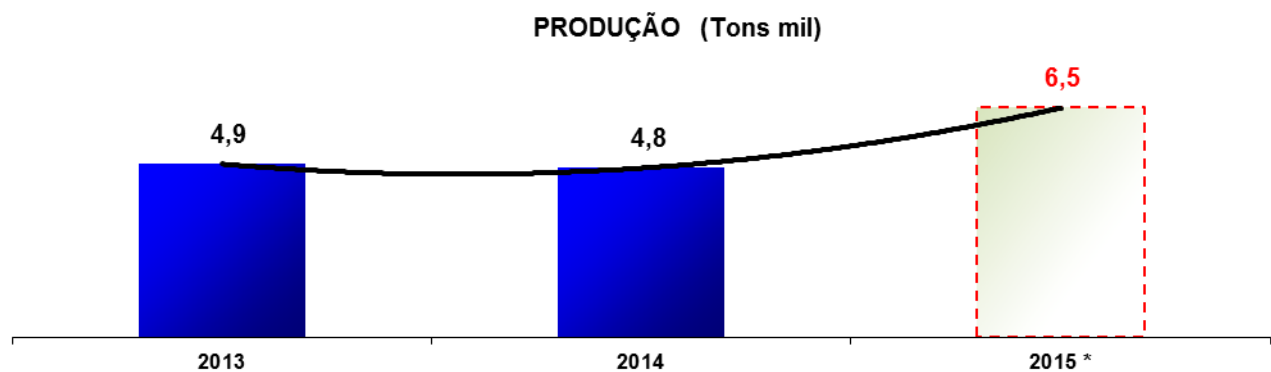
EBITDA

O EBITDA (Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras, Impostos, Depreciação e Amortização) foi negativo em R\$ 31,2 MM em 2014, que, comparado ao mesmo período de 2013, apresenta um decréscimo de R\$ 7,7 MM (R\$ 23,5 negativo em 2013). A margem EBITDA pela receita líquida foi de -26,0% em 2014.



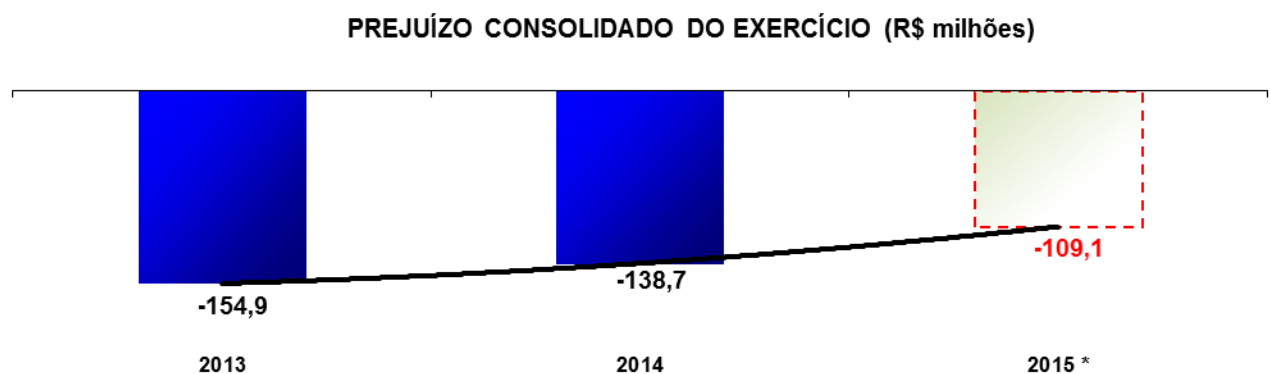
PRODUÇÃO (mil toneladas)

A produção de tecidos lisos e felpudos em relação a 2013 apresentou uma queda de 2,3% (4,9 mil toneladas para 4,8 mil toneladas).



RESULTADO DO EXERCÍCIO

Apresentamos um resultado negativo de R\$ 138,7 MM no ano de 2014 contra um resultado negativo de R\$ 154,9 MM em 2013.



PRINCIPIOS INSTITUCIONAIS

Missão

“Oferecer produtos e serviços com a excelência necessária para surpreender e fidelizar os clientes”.

Visão

“A TEKA será a marca mais requisitada de cama, mesa, banho, decoração e utilidades pelos clientes da América Latina”.

Valores

Ética e Transparência;
Atitude vencedora;
Competitividade;
Inovação e Agilidade;
Crescimento e Lucratividade;
Valorização do Capital Humano;
Responsabilidade Socioambiental.

Razão de Ser

Obter lucro operacional, garantindo a manutenção dos empregados e agregando valor patrimonial ao acionista.

PRÊMIOS RECEBIDOS

Prêmio Hot Vip 2013/2014

1º Lugar nas categorias: Enxoval de Cama e banho.

14ª Pesquisa Nacional das Marcas Preferidas de produtos de hospedagem - Revista Hotelaria

NÚMERO DE COLABORADORES

2010	2011	2012	2013	2014
3.630	3.215	2.180	1.724	1.576

DOAÇÕES

Não basta preocupar-se somente com os colaboradores internos. É muito importante estar presente nas necessidades da Comunidade. Por isso a Empresa, nas cidades onde possui unidades fabris, continuou auxiliando escolas, asilos, entre outras instituições.

AÇÕES COMUNITÁRIAS

No decorrer do ano a TEKA promoveu campanhas de arrecadação de brinquedos, roupas e lacres de latinhas (a serem trocados por cadeiras de rodas). As arrecadações foram destinadas para entidades carentes da região de cada unidade.

RELACIONAMENTO COM CLIENTES

A TEKA dispõe de uma central de relacionamento com clientes, para onde são canalizados todos os contatos, assegurando um atendimento organizado e eficaz a cada necessidade do Cliente.

A área de relacionamento inclui também uma equipe de Televendas, que atende a todo Brasil.

Na central, também são realizados todos os atendimentos de pós – venda, bem como, os consumidores finais que buscam uma aproximação com a marca.

PROJETO COLMEIA

Este programa objetiva estimular a apresentação de sugestões e ideias por parte dos colaboradores e tem como foco aperfeiçoar os processos e procedimentos internos da Empresa. Caso a ideia seja implementada, o colaborador recebe uma premiação.

O esforço e a criatividade de todos são de vital importância para que a Empresa possa atingir seus objetivos e continuar alcançando o sucesso.

TREINAMENTOS

Em parceria com Empresas de renome no mercado, a TEKA proporciona aos seus colaboradores aprendizado e desenvolvimento de competências em suas áreas específicas, oportunizando crescimento profissional e intelectual do seu capital humano.

Além disso, a Empresa conta com uma equipe especializada para levantar necessidades de treinamentos e capacitar os colaboradores de acordo com a demanda e objetivos da Companhia. Dentre os projetos estão: Desenvolvimento Comportamental CIPA, Grupos de Conhecimento, Treinamentos Comerciais, entre outros, de ordem comportamental ou técnico-operacional.

O PROTEKA – GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO

A TEKA opera o seu sistema produtivo com o PROTEKA (Programa de Desenvolvimento Corporativo), o qual envolve todas as ações que visam o atendimento em prol da melhoria da qualidade e produtividade dos processos, bem como a melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores e demais envolvidos.

O programa PROTEKA visa desenvolver, atingir e manter a valorização dos recursos humanos, técnicos e financeiros.

COMUNICAÇÃO

A eficiência e transparência na comunicação interna e externa são primordiais, por isso a TEKA investe continuamente no seu aperfeiçoamento, utilizando diversas ferramentas como: Murais, TEKA Noticias, Tece & Acontece Noticias e Quem lê, sabe.

HOMENAGEM POR TEMPO DE EMPRESA

A dedicação e a fidelidade dos colaboradores são reconhecidas por intermédio da Homenagem por Tempo de Empresa, que proporciona aos profissionais um momento ímpar de confraternização.

TECENDO TALENTOS - PROJETO APRENDIZ TEKAÇÃO

A TEKA investe na contratação e integração dos aprendizes. A contratação desses jovens, além de ser uma obrigatoriedade legal, possibilita transformar a realidade pessoal e social dos adolescentes, oferecendo a eles a oportunidade de crescimento e inserção no mercado de trabalho.

SEMANAS EDUCATIVAS

Objetivando proporcionar aos seus colaboradores orientações sobre diversos assuntos de interesse geral, a Empresa promoveu no ano a SIPAT, nas quais foram abordados diversos temas como qualidade, saúde e segurança do trabalho. Tais eventos contemplaram a realização de palestras, exposições, orientação para a reciclagem de lixo, orientação sobre normas de segurança, importância e necessidade do uso de EPI's, medidas preventivas sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, dentre outras atividades.

ASTEKA

Os colaboradores da Empresa têm espaço garantido para o lazer nas sedes da ASTEKA – Associação Recreativa e Cultura TEKA. No ano de 2013, foram realizadas diversas ações e eventos para proporcionar momentos de lazer e serviços ainda melhores aos seus associados e familiares.

SEGURANÇA

Para se obter bons resultados, a TEKA tem como prioridade a segurança de seus colaboradores. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e a equipe de segurança desenvolvem ações contínuas para eliminar ou reduzir os riscos na rotina de trabalho.

ALIMENTAÇÃO

A qualidade da alimentação é fator crucial para garantir a saúde de nossos colaboradores e boas condições de exercer adequadamente seu trabalho. Por isso a TEKA mantém um acompanhamento rigoroso da alimentação fornecida na Empresa, através de uma comissão com representantes de setores e profissionais qualificados, que avaliam e sugerem melhorias, garantindo uma nutrição balanceada.

PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA

A TEKA tem um extenso programa de qualidade de vida, promovendo diversas ações nas mais variadas áreas e atividades, para que seus colaboradores permaneçam motivados e saudáveis. Para a promoção da saúde e integridade física, a TEKA implementa ações preventivas junto ao quadro funcional objetivando resultados que possam, não somente permitir a qualidade de vida no ambiente de trabalho, mas também estimular ações que influenciem positivamente na vida social das pessoas. Dentre as diversas ações que compõem o Programa, estão: Ambiente Livre de Drogas; Acompanhamento dos funcionários afastados por mais de três meses; Campanhas de Vacinação; Palestras de conscientização sobre os cânceres de mama e próstata.

AUDITORIA EXTERNA

Em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº381, informamos que os auditores independentes da Companhia, Chronus Auditores Independentes S.S. , não prestaram outros serviços que não os relacionados com auditoria externa durante o exercício de 2014.

AGRADECIMENTOS

A Administração registra seu especial agradecimento a todos os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Instituições Financeiras e Acionistas, por todo apoio recebido, indispensável para as atividades da Companhia.

Blumenau, 28 de março de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FREDERICO KUEHNRIK NETO
Presidente

ROLF KUEHNRIK
Vice – Presidente

MÁRIO JOHN
Conselheiro

LUIS FREDERICO KUEHNRIK
Conselheiro

JOSÉ MANUEL FREITAS DA SILVA
Conselheiro

RUY FLAKS SCHNEIDER
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

FREDERICO KUEHNRIK NETO
Diretor Presidente

MARCIO MONTIBELER
Diretor Industrial

RICARDO JOSÉ ANGLADA FONTENELLE
Diretor Comercial

Rubens Sucharski
Contador CRC SC- 019817/O-3

TEKA – TECELAGEM KUEHNRIICH S.A.- “em Recuperação Judicial”

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO TOTAL	801.504	801.678	830.958	832.116
ATIVO CIRCULANTE	44.746	492.389	45.569	493.801
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	430	1.968	487	2.199
Contas A Receber (Nota 5)	27.858	30.984	27.915	31.052
Clientes	27.858	30.984	27.915	31.052
Estoques (Nota 6)	13.517	12.970	13.517	12.970
Tributos A Recuperar (Nota 7)	735	436.644	1.094	437.041
Tributos Correntes A Recuperar	735	436.644	1.094	437.041
Despesas Antecipadas	-	40	-	40
Outros Ativos Circulantes	2.206	9.783	2.556	10.499
Outros	2.206	9.783	2.556	10.499
ATIVO NÃO CIRCULANTE	756.758	309.289	785.389	338.315
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	526.576	70.157	527.641	71.048
Contas A Receber (Nota 5)	21	-	21	-
Clientes	21	-	21	-
Tributos Diferidos (Nota 15)	-	21.666	-	21.666
Imp.De Renda E Contrib.Social Diferidos	-	21.666	-	21.666
Créditos Com Partes Relacionadas (Nota 17)	22	22	-	-
Creditos Com Controladas	22	22	-	-
Outros Ativos Não Circulantes	526.533	48.469	527.620	49.382
Tributos A Recuperar (Nota 7)	500.793	22.502	501.107	22.876
Depósitos Judiciais (Nota 16)	21.732	21.469	22.505	22.008
Outros Créditos (Nota 5)	4.008	4.498	4.008	4.498
INVESTIMENTOS	60.043	62.987	489	489
Participações Societárias	59.554	62.498	-	-
Participações Em Controladas (Nota 8)	59.554	62.498	-	-
Propriedade Para Investimentos	489	489	489	489
IMOBILIZADO (Nota 9)	169.454	175.366	256.574	265.999
Imobilizado Em Operação	168.346	174.378	254.520	264.065
Imobilizado Arrendado	172	180	172	180
Imobilizado Em Andamento	936	808	1.882	1.754
INTANGÍVEL (Nota 10)	685	779	685	779

TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A.- “em Recuperação Judicial”

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO TOTAL	801.504	801.678	830.958	832.116
PASSIVO CIRCULANTE	1.541.919	1.250.036	1.589.271	1.294.811
Obrigações Sociais E Trabalhistas	249.769	194.791	275.359	219.230
Obrigações Sociais (Nota 11)	231.339	168.910	256.426	192.416
Obrigações Trabalhistas	18.430	25.881	18.933	26.814
Fornecedores (Nota 11)	262.050	136.966	263.636	138.299
Fornecedores Nacionais	258.059	134.699	259.645	136.032
Fornecedores Estrangeiros	3.991	2.267	3.991	2.267
Obrigações Fiscais (Nota 13)	194.686	181.767	214.943	200.802
Obrigações Fiscais Federais	74.270	70.214	94.521	89.248
Imp.Renda E Contribuição Social A Pagar (Nota 15)	-	-	8.833	8.301
Pis E Cofins A Recolher	63.933	60.464	75.233	71.087
Imposto Retido Na Fonte A Recolher	7.945	7.512	8.063	7.622
Contribuição Previdenciária	2.392	2.238	2.392	2.238
Obrigações Fiscais Estaduais	113.350	106.193	113.350	106.193
Obrigações Fiscais Municipais	7.066	5.360	7.072	5.361
Empréstimos E Financiamentos (Nota 14)	319.282	252.156	319.285	252.160
Empréstimos E Financiamentos	271.288	235.333	271.291	235.337
Em Moeda Nacional	270.022	235.333	270.025	235.337
Em Moeda Estrangeira	1.266	-	1.266	-
Debentures	47.994	16.823	47.994	16.823
Outras Obrigações	101.905	87.615	101.815	87.579
Passivos Com Partes Relacionadas (Nota 17)	16.891	13.359	20.491	16.597
Debitos Com Outras Partes Relacionadas	16.891	13.359	20.491	16.597
Outros (Nota 11)	85.014	74.256	81.324	70.982
Dividendos E Jcp A Pagar	1.792	1.610	1.792	1.610
Comissões S/Vendas A Pagar	6.803	6.540	2.861	3.032
Outras Contas A Pagar	76.419	66.106	76.671	66.340
Provisões (Nota 16)	414.227	396.741	414.233	396.741
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	414.227	396.741	414.233	396.741
Provisões Fiscais	46.835	45.156	46.841	45.156
Provisões Previdenciárias Trab.	367.392	351.585	367.392	351.585
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	305.803	464.311	287.864	449.937
Empréstimos E Financiamentos (Nota 14)	-	33.197	-	33.197
Empréstimos E Financiamentos	-	6.443	-	6.443
Em Moeda Nacional	-	6.443	-	6.443
Debentures	-	26.754	-	26.754
Outras Obrigações	51.116	168.333	4.135	121.957
Passivos Com Partes Relacionadas (Nota 17)	48.731	48.170	-	-
Debitos Com Controladas	48.731	48.170	-	-
Outros (Nota 11)	2.385	120.163	4.135	121.957
Obrigações Sociais	-	44.680	1.653	46.280
Fornecedores Nacionais	65	68.291	65	68.297
Fornecedores Estrangeiros	-	1.134	-	1.134
Obrigações Fiscais Estaduais	694	885	791	1.073
Obrigações Fiscais Municipais	-	81	-	81
Obrigações Trabalhistas	23	66	23	66
Outras Contas A Pagar	1.603	5.026	1.603	5.026

Tributos Diferidos (Nota 15)	37.396	58.222	66.541	90.305
Imp.Renda E Contribuição Social Diferidos	37.396	58.222	66.541	90.305
Provisões (Nota 16)	217.291	204.559	217.188	204.478
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	215.075	202.365	215.075	202.365
Provisões Fiscais	188.661	177.125	188.661	177.125
Provisões Previdenciárias E Trab.	6.489	5.386	6.489	5.386
Provisões Cíveis	19.925	19.854	19.925	19.854
Outras Provisões	2.216	2.194	2.113	2.113
Provisões Para Despesas Administrativas	2.113	2.113	2.113	2.113
Provisão S/PL A Descoberto Em Controladas	103	81	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) (Nota 18)	(1.046.218)	(912.669)	(1.046.177)	(912.632)
Capital Social Realizado	21.945	21.945	21.945	21.945
Reservas De Reavaliação	81.243	83.991	81.243	83.991
Reservas De Lucros	4.389	4.389	4.389	4.389
Reserva Legal	4.389	4.389	4.389	4.389
Prejuizos Acumulados	(1.192.025)	(1.061.838)	(1.192.025)	(1.061.838)
Ajustes De Avaliação Patrimonial	36.762	37.837	36.762	37.837
Ajustes Acumulados De Conversão	1.468	1.007	1.468	1.007
Participação Acionistas Não-Controladores	-	-	41	37

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita De Vendas E/Ou Serviços (Nota 20)	119.946	114.528	119.964	114.594
Custo De Bens E/Ou Serviços Vendidos	(89.583)	(76.712)	(91.923)	(79.504)
Resultado Bruto	30.363	37.816	28.041	35.090
Despesas/Receitas Operacionais	(59.609)	(94.100)	(60.643)	(87.602)
Com Vendas	(21.208)	(19.699)	(21.214)	(19.809)
Gerais E Administrativas	(12.764)	(15.054)	(12.801)	(15.093)
Outras Receitas Operacionais (Nota 23)	33.488	6.139	34.160	6.695
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(48.989)	(55.912)	(60.788)	(59.395)
Resultado De Equivalência Patrimonial	(10.136)	(9.574)	-	-
Resultado Antes Do Resultado Financeiro E Dos Tributos	(29.246)	(56.284)	(32.602)	(52.512)
Resultado Financeiro (Nota 22)	(110.954)	(96.524)	(114.430)	(99.439)
Receitas Financeiras	28.955	21.936	29.007	22.029
Despesas Financeiras	(139.909)	(118.460)	(143.437)	(121.468)
Resultado Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	(140.200)	(152.808)	(147.032)	(151.951)
Imposto De Renda E Contribuição Social Sobre O Lucro	1.550	(2.065)	8.382	(2.922)
Corrente (Nota 15)	-	-	(6)	-
Diferido (Nota 15)	1.550	(2.065)	8.388	(2.922)
Resultado Líquido Das Operações Continuadas	(138.650)	(154.873)	(138.650)	(154.873)
Lucro/Prejuízo Do Período	(138.650)	(154.873)	(138.650)	(154.873)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	(138.650)	(154.873)
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-	-
Resultado Por Ação	(2,76)	(3,08)	(2,76)	(3,08)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	(138.650)	(154.873)	(138.650)	(154.873)
Outros Resultados Abrangentes	1.955	(944)	1.959	(941)
Ajustes de Conversão de Controladas no Exterior	461	453	461	453
Outros Resultados Abrangentes	1.494	(1.397)	1.498	(1.394)
Resultado Abrangente do Período	(136.695)	(155.817)	136.691	(155.814)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(136.695)	(155.817)	136.691	(155.817)
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	0	3

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais – R\$)

	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucro	Prejuízos Acumul.	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Partic. Dos Não Control.	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012	21.945	358	(909.617)	131.116	(756.198)	34	(756.164)
Saldos Iniciais Ajustados	21.945	358	(909.617)	131.116	(756.198)	34	(756.164)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total	-	-	(152.695)	(3.122)	(155.817)	3	(155.814)
Lucro/Prejuízo do Período	-	-	(154.873)	-	(154.873)	-	(154.873)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	2.178	(3.122)	(944)	3	(941)
Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	453	453	-	453
Realiz. do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	3.300	(5.416)	(2.116)	-	(2.116)
Tributos Diferidos s/Realiz. do Custo Atribuído	-	-	(1.122)	1.841	719	-	719
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	3	3
Mutações Internas do Patrimônio	-	4.031	474	(5.159)	(654)	-	(654)
Constituição de Reservas	-	4.031	(4.031)	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	6.825	(7.816)	(991)	-	(991)
Tributos s/Realiz.da Reserva de Reavaliação	-	-	(2.320)	2.657	337	-	337
Saldos em 31 de dezembro de 2013	21.945	4.389	(1.061.838)	122.835	(912.669)	37	(912.632)
Saldos Iniciais Ajustados	21.945	4.389	(1.061.838)	122.835	(912.669)	37	(912.632)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total	-	-	(136.082)	(613)	(136.695)	4	(136.691)
Lucro/Prejuízo do Período	-	-	(138.650)	-	(138.650)	-	(138.650)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	2.568	(613)	1.955	4	1.959
Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	461	461	-	461
Realiz. do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	3.891	(1.628)	2.263	-	2.263
Tributos Diferidos s/Realiz. do Custo Atribuído	-	-	(1.323)	554	(769)	-	(769)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	4	4
Mutações Internas do Patrimônio	-	-	5.895	(2.749)	3.146	-	3.146
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	8.931	(4.164)	4.767	-	4.767
Tributos s/Realiz.da Reserva de Reavaliação	-	-	(3.036)	1.415	(1.621)	-	(1.621)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	21.945	4.389	(1.192.025)	119.473	(1.046.218)	41	(1.046.177)

TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A.- “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
RECEITAS	176.742	156.363	176.688	156.821
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	147.835	141.359	147.856	141.433
Outras Receitas	30.780	6.137	30.745	6.521
Provisão/Rev. Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.873	8.867	-1.913	8.867
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(122.884)	(115.823)	(134.036)	(120.127)
Custos Prods., Mercs. E Servs. Vendidos	(46.940)	(51.070)	(46.269)	(51.074)
Materiais-Energia-Servs. Terceiros-Outros	(61.951)	(93.388)	(61.973)	(94.029)
Outros	(13.993)	28.635	(25.794)	24.976
VALOR ADICIONADO BRUTO	53.858	40.540	42.652	36.694
RETENÇÕES	(4.753)	(5.185)	(7.101)	(7.985)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(4.753)	(5.185)	(7.101)	(7.985)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	49.105	35.355	35.551	28.709
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	18.819	12.362	29.007	22.029
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.136)	(9.574)	-	-
Receitas Financeiras	28.955	21.936	29.007	22.029
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	67.924	47.717	64.558	50.738
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	67.924	47.717	64.558	50.738
Pessoal	56.211	57.470	56.213	57.470
Remuneração Direta	49.755	50.901	49.757	50.901
Benefícios	2.769	2.807	2.769	2.807
FGTS	3.687	3.762	3.687	3.762
Impostos, Taxas e Contribuições	11.453	25.129	4.632	25.142
Federais	9.368	18.048	2.542	18.057
Estaduais	1.348	6.374	1.349	6.378
Municipais	737	707	741	707
Remuneração de Capitais de Terceiros	138.910	119.991	142.363	122.999
Juros	138.036	118.460	141.489	121.468
Aluguéis	874	1.531	874	1.531
Remuneração de Capitais Próprios	█ (138.650)	█ (154.873)	█ (138.650)	█ (154.873)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(138.650)	(154.873)	(138.650)	(154.873)

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A.- “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES				
Lucro (Prejuízo) no Exercício	(138.650)	(154.873)	(138.650)	(154.873)
Depreciação e Amortização	4.753	5.185	7.101	7.985
Equivalência Patrimonial	10.136	9.574	-	-
Provisões	17.525	3.630	17.572	3.631
Variações Monetárias	118.282	94.584	120.369	97.294
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(6)	(13)	461	453
	12.040	(41.913)	6.853	(45.510)
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS				
Variações Contas a Receber Clientes	1.078	(5.016)	1.048	(4.972)
Variações Estoques	(1.168)	(1.090)	(1.168)	(1.078)
Variações Depósitos Judiciais	(263)	(1.825)	(497)	(1.881)
Outras Variações Ativas	(12.609)	(9.277)	(12.141)	(9.349)
Variações em Fornecedores	23.037	5.720	24.049	5.727
Variações em Tributos a Recolher	3.874	2.715	3.787	2.582
Outras Variações Passivas	(22.003)	30.802	(25.447)	32.523
	(8.054)	22.029	(10.369)	23.552
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.986	(19.884)	(3.516)	(21.958)
Imobilizado	1.253	4.524	2.418	12.813
Intangível	-	(252)	-	(252)
Investimentos	(6.725)	2.928	-	-
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.472)	7.200	2.418	12.561
Empréstimos Tomados	76.087	77.760	75.529	77.588
Pagamentos de Empréstimos	(76.139)	(64.693)	(76.143)	(68.108)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES FINANCIAMENTO	(52)	13.067	(614)	9.480
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	(1.538)	383	(1.712)	83
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	1.968	1.585	2.199	2.116
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	430	1.968	487	2.199

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

TEKA - TECELAGEM KUEHNRICH S.A. – “em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. (“Companhia” ou “TEKA”) é uma companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.636.986/0001-55 e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 42300005649. Está sediada na Rua Paulo Kuehnrich, 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC).

A TEKA têm como atividade principal a indústria têxtil. Possui sua produção verticalizada, sendo conhecida mundialmente como produtora de artigos de cama, mesa e banho. Além de Blumenau (SC), possui unidades fabris em Indaial (SC) e Artur Nogueira (SP) e controladas em Buenos Aires (Argentina), Assunção (Paraguai), Munique (Alemanha) e Viena (Áustria).

1.1 Recuperação judicial

A Companhia ajuizou ação de recuperação judicial na data de 26/10/2012, tendo o feito sido distribuído à 2ª Vara Cível de Blumenau – SC, onde recebeu o nº 008.12.023674-2. A ação foi ajuizada em litisconsórcio facultativo ativo com as sociedades Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda.

No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30/10/2013.

No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA. Assim os efeitos da Recuperação Judicial protocolada pela TEKA em outubro de 2012 não estão ainda reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras trimestrais

a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As presentes informações financeiras, preparadas considerando a continuidade normal dos negócios, incluem:

Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Também estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das

informações financeiras. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

Informações financeiras individuais

As informações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Também estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações financeiras. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às informações contábeis separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas, que no BR GAAP é feita pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria efetuada pelo custo ou valor justo.

b) Base de mensuração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- Nota Explicativa nº 1 – Sucesso do plano de recuperação judicial.
- Notas Explicativas nº 9 e 10 - Depreciação e Amortização - vidas úteis e taxas e teste de impairment.
- Nota Explicativa nº 15 - Imposto de renda e contribuição social diferidos - prazo de realização.
- Notas Explicativas nº 16 – Provisão para liquidação das obrigações tributárias - premissas de taxa de desconto utilizada e Contingências – expectativa de êxito/perda.
- Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros - premissas de cálculo do fair value.

e) Aprovação das demonstrações financeiras

As informações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram apreciadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em 17 de março de 2015.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

As Informações Financeiras consolidadas são compostas pelas Informações Financeiras da TEKA S/A e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, apresentadas abaixo:

	País	Participação (%)			
		31/12/14		31/12/13	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Teka Têxtil S.A.	Brasil		99,99%		99,99%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00%	-	90,00%	-
Cerro Azul Part.e Adm. Ltda	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
Teka Paraguay	Paraguai	99,00%	-	99,00%	-
Teka Europalager	Alemanha	100,00%	-	100,00%	-
Teka Investimentos Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Teka Fiação Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Salerna Holding GmbH	Áustria	100,00%	-	100,00%	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
 - a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
 - b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

- c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

3.2 Instrumentos financeiros

Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2014 a entidade não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e nem como mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros.

Classificação

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de hedge accounting, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.
- Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs dados como garantia.

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de cada transação. Nas datas de fechamento, ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio do fechamento e os ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos, nas datas de fechamento, com base nas taxas de câmbio das datas das transações e, portanto, não geram variações cambiais.

Nos casos de controladas e coligadas no exterior, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, converte-se (translation), para fins de consolidação, seus ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento, o patrimônio líquido pela taxa histórica e o resultado pela taxa de câmbio média mensal. A diferença gerada pelas conversões a taxa distintas é reconhecida no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, como ajustes acumulados de conversão

(CTA) e reconhecida na demonstração do resultado quando esses investimentos são alienados, no todo ou parcialmente.

As controladas no exterior definiram como sua moeda funcional a moeda corrente do país de origem.

As controladas no país utilizam o Real como moeda funcional.

3.4 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

Os estoques importados que se encontram em trânsito são reconhecidos a partir da data que o fornecedor despacha os produtos para a Companhia.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando considerados necessários pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia. A provisão de recuperabilidade do contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Os critérios adotados para sua constituição estão detalhados na relativa nota explicativa.

3.7 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Informações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos

casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Informações Financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu ao registro do ajuste a valor presente.

3.8 Investimento em controladas

As informações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora essas informações são registradas através do método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa específica. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O CPC 16 exige que as peças de reposição, a serem utilizadas nos reparos das máquinas e equipamentos, sejam classificadas dentro do grupo do imobilizado. A Companhia mantém em estoque somente as peças de reposição de valores pequenos e que são registradas no resultado no momento de sua utilização porque não alteram a vida útil ou capacidade do equipamento. As peças de manutenção que atendem os critérios para contabilização como ativo imobilizado, são geralmente adquiridas e registradas quando da sua efetiva utilização.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis, hoje representados por Licenças de Softwares, adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

3.11 Redução ao valor recuperável *impairment*

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa correspondente.

3.13 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportado por estudo de geração futura de resultados tributáveis que faz parte do plano de recuperação judicial.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa do imposto de renda.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão

disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.14 Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 0% a 25%;
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0% a 22%;
- Programa de Integração Social (PIS) de 0% a 2,2%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 0% a 10,3%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 5%.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.15 Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros contratados.

3.16 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

3.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas

são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.18 Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos em uma conta redutora do capital social, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.19 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do período, atribuível aos acionistas controladores, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no mesmo período, uma vez que a Companhia, hoje, não possui ações preferenciais por estar a mais de 03 anos sem distribuir lucros. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

3.20 Reconhecimento de receitas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- iii. todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.21 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09, e é aplicável somente para Companhias abertas.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa	15	10	15	10
Bancos Conta Movimento	415	754	472	985
Aplicações Financeiras	0	1.204	0	1.204
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	430	1.968	487	2.199

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Contas a receber de clientes e demais recebíveis – curto e longo prazo

A composição e saldo de contas a receber, e sua distribuição por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Contas a Receber de Clientes MI	35.969	37.658	36.053	37.713
(-) Ajuste a Valor Presente	-	-	-	-
Contas a Receber de Clientes ME	2.531	2.217	2.547	2.233
Impairment (Provisão para Perdas)	(10.642)	(8.891)	(10.685)	(8.894)
Contas a Receber de Clientes	27.858	30.984	27.915	31.052
Outras Contas a Receber	2.206	9.783	2.556	10.499
Parcela Circulante	30.064	40.767	30.471	41.551
Contas a Receber de Clientes MI	21	-	21	-
Contas a Receber de Clientes	21	-	21	-
Depósitos Judiciais	21.732	21.469	22.505	22.008
Mutuos Empresas Ligadas	22	22	-	-
Outras Contas a Receber	4.008	4.498	4.008	4.498
Parcela Não Circulante	25.783	25.989	26.534	26.506
Total a Receber de Clientes	27.879	30.984	27.936	31.052
Total das Demais Contas a Receber	27.968	35.772	29.069	37.005
Total Geral	55.847	66.756	57.005	68.057

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Aging List Contas a Receber de Clientes				
Vencidos	2.309	3.175	2.326	3.234
A vencer em até 3 meses	24.244	23.217	24.285	23.226
A vencer entre 3 e 6 meses	1.242	4.583	1.241	4.583
A vencer de 6 meses a 1 ano	63	9	63	9
A vencer acima de 1 ano	21	-	21	-
Contas a Receber de Clientes	27.879	30.984	27.936	31.052

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Contas a Receber por Tipo de Moeda				
Reais	25.379	28.767	25.420	28.819
US\$	2.500	2.217	2.500	2.217
Euros	-	-	16	16
Contas a Receber de Clientes	27.879	30.984	27.936	31.052

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e na análise individual dos valores relevantes em atraso.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Produtos Acabados	6.166	3.723	6.166	3.723
Impairment de produtos acabados	(1.323)	(703)	(1.323)	(703)
Produtos em Elaboração	6.366	7.211	6.366	7.211
Matérias Primas e Insumos	1.386	1.874	1.386	1.874
Outros Estoques	922	865	922	865
Total dos Estoques	13.517	12.970	13.517	12.970

Até 31/12/2014, R\$ 281 foram registrados no resultado como perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 36 até 31/12/2013), e R\$ 340 como ajuste a valor de mercado (R\$ 185 como reversão do ajuste a valor de mercado até 30/09/2013).

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
ICMS	143	156	243	288
Imposto de Renda	31	30	31	30
IPI	289	412	291	415
IRPJ/CSLL	-	436.046	-	436.046
PIS/COFINS	-	-	-	-
Crédito Reintegra	272	-	272	-
Outros	-	-	257	262
Parcela Circulante	735	436.644	1.094	437.041
ICMS	90	121	404	495
Imposto de Renda	9.660	9.405	9.660	9.405
PIS/COFINS	1.987	1.928	1.987	1.928
INCRA	6.984	6.300	6.984	6.300
IRPJ/CSLL	477.324	-	477.324	-
Outros	4.748	4.748	4.748	4.748
Parcela não Circulante	500.793	22.502	501.107	22.876

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado, motivo pelo qual os valores forem registrados no balanço da TEKA.

8. Investimento em controladas

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro 2013	62.498
Equivalência patrimonial:	
<i>Participação nos resultados</i>	(10.136)
<i>Participação no Patrimônio</i>	
<i>Ganhos ou perdas de capital</i>	6.725
Aquisição de Investimentos	
Ajustes Acumulados de Conversão	467
Dividendos recebidos	
Em 31 de dezembro de 2014	59.554

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receita Bruta	Resultado	Participação
Em 31 de dezembro de 2013							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	68.443	27.513	40.930	-	(2.725)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	28	16	12	-	(1)	90,0000%
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	Brasil	72.536	54.562	17.974	490	(6.762)	99,9999%
Teka Paraguay	Paraguai	3.566	13	3.553	-	(84)	99,0000%
Salerna Holding	Áustria	72	7	65	-	(3)	100,0000%
		144.645	82.111	62.534	490	(9.575)	
Em 31 de dezembro de 2014							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	66.548	24.817	41.731	-	(5.933)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	23	13	10	-	(1)	90,0000%
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	Brasil	71.078	57.267	13.811	145	(4.163)	99,9999%
Teka Paraguay	Paraguai	4.007	15	3.992	-	(34)	99,0000%
Salerna Holding	Áustria	57	7	50	-	(6)	100,0000%
		141.713	82.119	59.594	145	(10.137)	

9. Imobilizado

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

Controladora	Edificações Terrenos e Instalações	Maquinas e Equip.	Ferramentas e Utensílios	Equip Proc Dados	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total	
Taxas de Depreciação	2%	10%			10%	20%	20%			
Em 31 de dezembro de 2012										
Custo	28.662	84.931	185.034	12.846	4.149	2.565	961	42	1.395	320.585
Dep. Acum. e Impairment		(21.890)	(95.036)	(11.926)	(3.831)	(2.318)	(573)	(14)		(135.588)
Valor líquido contábil	28.662	63.041	89.998	920	318	247	388	28	1.395	184.997
Saldo Inicial	28.662	63.041	89.998	920	318	247	388	28	1.395	184.997
Adições			73	14					194	281
Transferências		28	755		43	(43)			(783)	-
Baixas										
Impairment			(4.805)							(4.805)
Depreciação		(1.743)	(3.173)	(83)	(66)	(7)	(35)			(5.107)
Baixas da Depreciação										
Saldo Final	28.662	61.326	82.848	851	295	197	353	28	806	175.366
Em 31 de dezembro de 2013										
Custo	28.662	84.959	185.862	12.860	4.192	2.522	961	42	806	320.866
Dep. Acum. e Impairment		(23.633)	(103.014)	(12.009)	(3.897)	(2.325)	(608)	(14)		(145.500)
Valor líquido contábil	28.662	61.326	82.848	851	295	197	353	28	806	175.366
Saldo Inicial	28.662	61.326	82.848	851	295	197	353	28	806	175.366
Adições			5	26	7	5			162	205
Transferências			(4)	2		2				-
Baixas			(24.595)	(54)	(538)	(1)			(34)	(25.222)
Impairment										
Reversão de Impairment			8.935							8.935
Depreciação		(1.488)	(3.022)	(73)	(42)	(9)	(25)			(4.659)
Baixas da Depreciação			14.240	52	536	1				14.829
Saldo Final	28.662	59.838	78.407	804	258	195	328	28	934	169.454
Em 31 de dezembro de 2014										
Custo	28.662	84.959	161.268	12.834	3.661	2.528	961	42	934	295.849
Dep. Acum. e Impairment		(25.121)	(82.861)	(12.030)	(3.403)	(2.333)	(633)	(14)		(126.395)
Valor líquido contábil	28.662	59.838	78.407	804	258	195	328	28	934	169.454

O montante de R\$ 4.601 (R\$ 5.005 em 2013) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 21 (R\$ 50 em 2013) como despesas com vendas e o montante de R\$ 37 (R\$ 52 em 2013) como despesas administrativas.

Consolidado	Edificações	Maquinas	Ferramentas	Equip Proc	Móveis e	Imobiliz.			Total	
	Terrenos e Instalações	e Equip.	e Utensílios	Dados	Utensílios	Veículos	Outros	Andam.		
Taxas de Depreciação		2%	10%			10%	20%	20%		
Em 31 de dezembro de 2012										
Custo	46.773	133.884	295.891	13.597	4.184	2.630	961	42	4.341	502.303
Dep. Acum. e Impairment		(36.066)	(160.153)	(12.568)	(3.855)	(2.355)	(573)	(14)		(215.584)
Valor líquido contábil	46.773	97.818	135.738	1.029	329	275	388	28	4.341	286.719
Saldo Inicial	46.773	97.818	135.738	1.029	329	275	388	28	4.341	286.719
Adições			73	14					194	281
Reavaliação										
Transferências		28	2.583		43	(43)			(2.611)	
Baixas	(49)	(21)							(170)	(240)
Transf. Mant. p/ Venda										
Impairment			(12.862)							(12.862)
Depreciação		(2.823)	(4.876)	(93)	(66)	(14)	(35)			(7.907)
Baixas da Depreciação		8								8
Saldo Final	46.724	95.010	120.656	950	306	218	353	28	1.754	265.999
Em 31 de dezembro de 2013										
Custo	46.724	133.891	298.547	13.611	4.227	2.587	961	42	1.754	502.344
Dep. Acum. e Impairment		(38.881)	(177.891)	(12.661)	(3.921)	(2.369)	(608)	(14)		(236.345)
Valor líquido contábil	46.724	95.010	120.656	950	306	218	353	28	1.754	265.999
Saldo Inicial	46.724	95.010	120.656	950	306	218	353	28	1.754	265.999
Adições			5	26	7	5			162	205
Reavaliação										
Transferências			(4)	2		2				-
Baixas			(56.423)	(54)	(544)	(1)			(34)	(57.056)
Transf. Mant. p/ Venda										
Impairment										
Reversão de Impairment			22.772							22.772
Depreciação		(2.568)	(4.274)	(82)	(42)	(16)	(25)			(7.007)
Baixas da Depreciação			31.066	53	541	1				31.661
Saldo Final	46.724	92.442	113.798	895	268	209	328	28	1.882	256.574
Em 31 de dezembro de 2014										
Custo	46.724	133.891	242.125	13.585	3.690	2.593	961	42	1.882	445.493
Dep. Acum. e Impairment		(41.449)	(128.327)	(12.690)	(3.422)	(2.384)	(633)	(14)		(188.919)
Valor líquido contábil	46.724	92.442	113.798	895	268	209	328	28	1.882	256.574

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 253 milhões (R\$ 262 milhões em 2013).

10. Intangíveis

Consolidado	Direito e	Softwares	Implantação	Total
	Uso		ERP	
Vida Útil Estimada (anos)	5	5	5	
Em 31 de dezembro de 2012				
Custo	704	373	7.057	8.134
Amortização Acumulada	(686)	(356)	(6.487)	(7.529)
Valor líquido contábil	18	17	570	605
Saldo Inicial	18	17	570	605
Adições		2	250	252
Amortização	(8)	(4)	(66)	(78)
Saldo Final	10	15	754	779
Em 31 de dezembro de 2013				
Custo	704	375	7.307	8.386
Amortização Acumulada	(694)	(360)	(6.553)	(7.607)
Valor líquido contábil	10	15	754	779
Saldo Inicial	10	15	754	779
Adições				
Amortização	(6)	(4)	(84)	(94)
Saldo Final	4	11	670	685
Em 31 de dezembro de 2014				
Custo	704	375	7.307	8.386
Amortização Acumulada	(700)	(364)	(6.637)	(7.701)
Valor líquido contábil	4	11	670	685

11. Contas a pagar – curto e longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Contas a Pagar a Fornecedores	262.050	136.966	263.636	138.299
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	-
Contas a Pagar a Fornecedores	262.050	136.966	263.636	138.299
Obrigações Sociais e Trabalhistas	249.769	194.791	275.359	219.230
Obrigações Fiscais	194.686	181.767	214.943	200.802
Dívidas com Pessoas Ligadas (Nota 19)	16.891	13.359	20.491	16.597
Outras Contas a Pagar	85.014	74.256	81.324	70.982
Parcela Circulante	808.410	601.139	855.753	645.910
Contas a Pagar a Fornecedores	65	69.425	65	69.431
Obrigações Sociais e Trabalhistas	23	44.746	1.676	46.346
Obrigações Fiscais	694	966	791	1.154
Dívidas com pessoas ligadas (Nota 19)	48.731	48.170	-	-
Outras Contas a Pagar	1.603	5.026	1.603	5.026
Parcela Não Circulante	51.116	168.333	4.135	121.957
Total a Pagar a Fornecedores	262.115	206.391	263.701	207.730
Total de Outras Contas a Pagar	597.411	563.081	596.187	560.137
Total Geral	859.526	769.472	859.888	767.867

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Aging List Contas a Pagar				
Vencidos	252.658	126.795	254.239	128.096
A vencer em até 3 meses	3.213	3.363	3.218	3.371
A vencer entre 3 e 6 meses	2.097	2.572	2.097	2.580
A vencer de 6 meses a 1 ano	4.082	4.236	4.082	4.253
A vencer acima de 1 ano	65	69.425	65	69.430
Contas a Pagar a Fornecedores	262.115	206.391	263.701	207.730

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Contas a Pagar por Tipo de Moeda				
Reais	258.125	202.989	259.711	204.328
US\$	3.868	3.280	3.868	3.280
Euros	86	86	86	86
Franco Suíço	36	36	36	36
Contas a Pagar a Fornecedores	262.115	206.391	263.701	207.730

Os principais produtos adquiridos, essenciais para o negócio da Companhia são: algodão, certos produtos químicos, embalagens e diversos produtos para revenda.

12. Obrigações sociais – curto e longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Obrigações Sociais e Trabalhistas	249.769	194.791	275.359	219.230
Parcela Circulante	249.769	194.791	275.359	219.230
Obrigações Sociais e Trabalhistas	23	44.746	1.676	46.346
Parcela Não Circulante	23	44.746	1.676	46.346

13. Obrigações fiscais – curto e longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Obrigações Fiscais	194.686	181.767	214.943	200.802
Parcela Circulante	194.686	181.767	214.943	200.802
Obrigações Fiscais	694	966	791	1.154
Parcela Não Circulante	694	966	791	1.154

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Circulante				
Capital de Giro	136.557	114.583	136.557	114.587
RAET	8.472	8.052	8.472	8.052
BRDE	4.269	3.864	4.269	3.864
FINEP	91.445	81.315	91.445	81.315
BNDES	30.050	26.701	30.050	26.701
Bancos Diversos	495	818	498	818
Debentures	47.994	16.823	47.994	16.823
	319.282	252.156	319.285	252.160
Não-Circulante				
Capital de Giro	-	6.443	-	6.443
Debentures	-	26.754	-	26.754
	-	33.197	-	33.197
Total de Empréstimos e Financiamentos	319.282	285.353	319.285	285.357

Taxas

Capital de Giro	CDI + 1,00%a.m. a 3,50% a.m.
RAET	TR + 6,0%a.a.
BRDE	TJLP + 7,0% a.a.
FINEP	TJLP + 5,5% a.a.
BNDES	INPC + 12%a.a.
Debêntures	INPC + 6%a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Por Data de Vencimento				
Vencidos	272.087	203.545	272.087	203.549
Em até 6 meses	44.079	46.032	44.082	46.032
De 6 meses a 1 ano	3.116	2.579	3.116	2.579
De 1 a 2 anos	-	4.939	-	4.939
De 2 a 3 anos	-	5.550	-	5.550
De 3 a 4 anos	-	5.246	-	5.246
De 4 5 Anos	-	5.129	-	5.129
Acima de 5 anos	-	12.333	-	12.333
	319.282	285.353	319.285	285.357

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Por Tipo de Moeda				
Reais	318.016	285.353	318.019	285.357
US\$	1.266	-	1.266	-
	319.282	285.353	319.285	285.357

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 253 milhões (R\$ 262 milhões em 2013).

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2014 a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço era a seguinte:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
IRPJ - Crédito Tributário Diferido	-	-	-	-
CSLL - Crédito Tributário Diferido	-	-	-	-
IRPJ sobre diferenças temporárias	-	15.931	-	15.931
CSLL sobre diferenças temporárias	-	5.735	-	5.735
Total Ativo Não Circulante	-	21.666	-	21.666

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Provisão IRPJ	-	-	5.656	5.315
Provisão CSLL	-	-	3.177	2.986
Total Passivo Circulante	-	-	8.833	8.301
IRPJ sobre diferenças temporárias	27.586	42.810	49.016	66.401
CSLL sobre diferenças temporárias	9.810	15.412	17.525	23.904
Total Passivo Não Circulante	37.396	58.222	66.541	90.305

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, aprovados pela Deliberação CVM nº 273 de 20/08/98 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

a) Despesas com tributos sobre o lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Resultado antes dos impostos	(140.200)	(152.808)	(147.032)	(151.951)
Imposto à alíquota corrente	34%	34%	34%	34%
Total de crédito tributário (prejuízo fiscal e base negativa não contabiliz	47.668	51.955	49.991	51.663

Conciliação de Impostos Diferidos				
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Reserva Reavaliação			3.739	392
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Custo Atribuído	1.128	259	2.036	408
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Revisão Vida Útil	422	(2.324)	2.613	(3.722)
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	1.550	(2.065)	8.388	(2.922)

16. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas, e administrativas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos externos. A Administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

A posição em 31 de dezembro de 2014 das contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e sua movimentação no período encontra-se abaixo:

Controladora	Previdenciárias		Despesas		Total
	Fiscais	e Trabalhistas	Cíveis	Administrativas	
Em 31 de dezembro de 2013	222.281	356.971	19.854	2.113	601.219
Constituída durante o período		10.237			10.237
Atualização	13.215	17.128	71		30.414
Reversão de provisões					
Provisões utilizadas		(10.455)			(10.455)
Em 31 de dezembro de 2014	235.496	373.881	19.925	2.113	631.415

	Previdenciárias		Despesas		Total
	Fiscais	e Trabalhistas	Cíveis	Administrativas	
Parcela de Curto Prazo	45.156	351.585			396.741
Parcela de Longo Prazo	177.125	5.386	19.854	2.113	204.478
Em 31 de dezembro de 2013	222.281	356.971	19.854	2.113	601.219
Parcela de Curto Prazo	46.835	367.392			414.227
Parcela de Longo Prazo	188.661	6.489	19.925	2.113	217.188
Em 31 de dezembro de 2014	235.496	373.881	19.925	2.113	631.415

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no período; cíveis pela variação do IGP-M; e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

Descrição das principais contingências:

- a) A Companhia está respondendo processo de ação de execução na vara Cível movida pelo FINEP, no qual o objeto da Ação se refere a cédula de Crédito Industrial número 73.97.0362.00 no valor de R\$ 19.528.129 (dezenove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e nove reais). Em 29 de outubro de 2012 a Financiadora de Estudos e Projetos FINEP enviou carta de resposta ao Senhor Administrador Judicial na qual afirma que o valor do débito é da ordem de R\$ 70.730.464 (setenta milhões, setecentos e trinta mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais).

- b) A Companhia responde processo de ação de execução na vara Cível movida pelo Banco Banesprev, em 15 de dezembro de 2006 as partes firmaram acordo, suspendendo a ação de execução existente, nos seguintes termos: A Cia confessou dever o valor da ação de execução e o Banesprev aceitou receber 50% do valor para liquidar a dívida ou seja R\$ 5.373.307 (cinco milhões trezentos e setenta e três mil e trezentos e sete reais). Em 18 de fevereiro de 2013 o Fundo Banespa de Seguridade Social Banesprev enviou carta de resposta ao Senhor Administrador Judicial na qual afirma que o valor do débito é da ordem de R\$ 5.798.325 (cinco milhões, setecentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais).
- c) A Companhia está respondendo processo de ação de execução na vara Cível movida pelo Banco Nacional S.A., no qual o objeto da Ação se refere a acordo judicial formalizado nos autos da ação de busca e apreensão movida pelo Banco Nacional. O saldo acordado no referido acordo perfazia o montante de R\$ 34.547.704 (trinta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, e setecentos e quatro reais). A perícia contábil foi favorável e a jurisprudência consolidada do STJ também é favorável a tese da empresa TEKA. Para este processo a possibilidade de perda foi avaliada como de risco remota pelos assessores jurídicos externos.
- d) A Companhia está respondendo processo de ação de execução na vara Cível movida pelo Banco Brascan S.A., no qual o objeto da Ação refere-se a confissão de dívida (Contrato número SP 23.06.01/2003 - assinado em 23.06.2003). O saldo acordado no referido acordo perfazia o montante de R\$ 9.879.952 (nove milhões, oitocentos e setenta e nove mil, novecentos e cinqüenta e dois reais). Em 28 de dezembro de 2012 o Banco Brascan S/A enviou carta de resposta ao Senhor Administrador Judicial na qual afirma que o valor do débito é da ordem de R\$ 34.732.949 (trinta e quatro milhões, setecentos e trinta e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais).
- e) A Companhia está respondendo ainda processo de ação de execução na vara Cível movida pelo Banco Badesc S.A., no qual o objeto da Ação se refere a cédula de Crédito Industrial Badesc.BNDEs.Exim Pré embarque especial 010282-00-9 no valor de R\$ 5.047.000 (cinco milhões, e quarenta e sete mil reais). Para este processo a possibilidade de perda foi avaliada como remota em relação a integralidade da dívida e provável em relação a diferença do saldo discutido. O Banco Badesc S.A. não apresentou carta de resposta ao Senhor Administrador Judicial.

Perdas possíveis

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes, no montante de R\$ 551.209, cuja possibilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos é de possível, portanto não exige constituição de provisão.

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Depósitos Judiciais	21.732	21.469	22.505	22.008
Parcela Não Circulante	21.732	21.469	22.505	22.008

Contingências ativas

Amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito, todavia, esses créditos não se encontram reconhecidos nos registros contábeis.

Os principais temas fiscais pleiteados, para alguns dos quais há decisões favoráveis nas instâncias iniciais, e que não se encontram registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2014, nem tampouco para os quais foram efetuadas quaisquer compensações e/ou registros contábeis são:

INSS/SAT/Salário Educação - Imunidade	167.806
PIS e COFINS sobre ICMS	61.515
Créditos de INSS/FGTS	49.584
Eletrobrás	46.152
	325.057

17. Partes relacionadas

Composição

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Encargos
	Mútuos		Mútuos		
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	-	-	-	-	-
Teka Têxtil	-	-	-	1	-
Tecelagem Kuehnrich	-	-	2	3	-
Teka Europalager	-	-	5	5	-
Teka Paraguay	-	-	15	13	-
	-	-	22	22	
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos
	Mútuos		Mútuos		
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	-	-	4.284	4.391	-
Teka Fiação Ltda.	-	-	43.931	43.779	-
Teka Têxtil S.A.	-	-	516	-	-
Monte Claro Part. Serv. Ltda.	14.330	11.614	-	-	103 % CDI
Cell Participação e Adm. Ltda.	2.503	1.695	-	-	103 % CDI
RMMF Particip. Ltda.	58	50	-	-	103 % CDI
	16.891	13.359	48.731	48.170	

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais estabelecidas entre as partes.

Remuneração da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas, para 2014 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Remuneração do Conselho de Adm.	1.306	1.630	1.306	1.630
Remuneração do Conselho Fiscal	122	180	122	180
Remuneração da Diretoria	1.174	1.406	1.174	1.406
	2.602	3.216	2.602	3.216

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de Administração e Fiscal, e Diretores.

18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

O Capital Social é formado de 50.315.540 ações, sendo 16.791.495 ações ordinárias e 33.524.045 ações preferenciais, todas sem valor nominal, num montante de R\$ 21.945.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

Reservas legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reservas de reavaliação

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído (*Deemed Cost*) de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS como também por reavaliações anteriores à Lei 11.638. A realização do Ajuste Avaliação Patrimonial ocorrerá através da depreciação/baixa dos bens, que é transferida para a conta Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

19. Resultado (prejuízo) líquido por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Numerador				
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia				
Resultado atribuível aos detentores de ações preferenciais	(92.380)	(103.189)	(92.380)	(103.189)
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(46.270)	(51.684)	(46.270)	(51.684)
	(138.650)	(154.873)	(138.650)	(154.873)
Denominador (em milhares de ações)				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	33.524	33.524	33.524	33.524
Quantidade de ações ordinárias emitidas	16.791	16.791	16.791	16.791
Total	50.315	50.315	50.315	50.315
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)				
Ação preferencial	(2,75564)	(3,07807)	(2,75564)	(3,07807)
Ação ordinária	(2,75564)	(3,07807)	(2,75564)	(3,07807)

20. Receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Vendas Mercado Interno	136.549	131.641	136.570	131.715
Vendas Mercado Externo	11.286	9.718	11.286	9.718
Receita Operacional Bruta	147.835	141.359	147.856	141.433
(-) Impostos Sobre Venda	(27.889)	(26.831)	(27.892)	(26.839)
Receita Operacional Líquida	119.946	114.528	119.964	114.594

21. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Depreciação e amortização	4.753	5.185	7.101	7.985
Despesas com folha de pagamento	56.211	58.874	56.213	58.874
Matéria-Prima e materiais gerais	50.099	43.553	50.127	43.553
Fretes, comissões e demais despesas variáveis	12.492	12.804	12.497	12.804
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.136	9.574	-	-
Financeiras Líquidas	110.954	96.524	114.430	99.439
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	13.951	42.887	18.246	46.812
	258.596	269.401	258.614	269.467

Classificadas como

Custos dos produtos vendidos	89.583	76.712	91.923	79.504
Despesas com vendas	21.208	19.699	21.214	19.809
Despesas gerais e administrativas	12.764	15.054	12.801	15.093
Despesas/receitas financeiras	110.954	96.524	114.430	99.439
Equivalência Patrimonial	10.136	9.574	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	13.951	51.838	18.246	55.622
	258.596	269.401	258.614	269.467

22. Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Despesas Financeiras				
Atualização Monetária	(63.168)	(53.243)	(66.366)	(55.636)
Encargos Financeiros	(72.061)	(60.087)	(72.296)	(60.615)
Varição Cambial	(1.079)	(1.037)	(1.094)	(1.037)
AVP Fornecedores	-	-	-	-
Juros Leasing	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras	(3.601)	(4.093)	(3.681)	(4.180)
Total Despesas Financeiras	(139.909)	(118.460)	(143.437)	(121.468)
Receitas Financeiras				
Juros s/Duplicatas	367	194	367	194
AVP Clientes	-	-	-	-
Varição Cambial	265	196	265	196
Outras Receitas Financeiras	28.323	21.546	28.375	21.639
Total Receitas Financeiras	28.955	21.936	29.007	22.029
Resultado Financeiro Líquido	(110.954)	(96.524)	(114.430)	(99.439)

23. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receitas operacionais				
Crédito PIS/COFINS	9	3.170	9	3.170
Crédito ICMS	-	562	-	562
Aproveitamento Créd.Prej.Fiscais	29.741	2.016	29.741	2.016
Crédito Reintegra	746	-	746	-
Venda de Bens	2.715	-	3.388	-
Outras Receitas	277	391	276	947
	33.488	6.139	34.160	6.695
Despesas operacionais				
Provisão para contingências	-	(3.705)	-	(3.705)
Ajuste a valor recuperável dos estoques	(621)	149	(621)	149
Ajuste Ociosidade	(34.184)	(33.025)	(34.184)	(33.025)
Custo dos Bens Vendidos	(10.360)	-	(25.362)	-
Outras despesas	(3.824)	(19.331)	(621)	(22.814)
	(48.989)	(55.912)	(60.788)	(59.395)

24. Despesas com benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Salários	38.797	30.876	38.797	30.876
13º. Salário	3.445	2.596	3.445	2.596
Férias	4.104	2.499	4.104	2.499
Vale-Transporte	603	344	603	344
Custos previdenciários e FGTS	8.231	6.202	8.231	6.202
Outros benefícios	108	70	108	70
	55.288	42.587	55.288	42.587

25. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito e de variações nos preços de insumos.

A administração desses riscos é efetuada por intermédio de instrumentos financeiros e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as

vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar e a receber são afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n°s 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

	31/12/14	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativos				
Clientes no Mercado Externo	2.500	2.542	2.636	2.730
	2.500	2.542	2.636	2.730
Passivos				
Dívida Bancária	1.266	1.287	1.335	1.383
Fornecedores do Mercado Externo	3.868	3.933	4.078	4.224
	5.134	5.220	5.413	5.607
Exposição Líquida - R\$ Mil	2.634	2.678	2.777	2.877
Exposição Líquida - US\$ Mil	992	992	992	992
Taxa Dólar	2,66	2,70	2,80	2,90

Descrição	31/12/14	Cenário I	Risco
Passivos			
Dívida Bancária por Taxa:			
CDI	6.632	66	Alta CDI
TR	8.472	85	Alta TR
TJLP	95.714	957	Alta TJLP
INPC	78.044	780	Alta INPC
Outros	130.420	1.304	
	319.282	3.193	

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros da Companhia por categoria

Os tipos e classificação dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31/12/2014 e 31/12/2013, são apresentados a seguir:

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial	Controladora		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
	Caixa e equivalentes		430		430	Fornecedores	262.115
Aplicações financeiras				Empréstimos e Financ.	319.282	319.282	
Contas a receber		27.879	27.879	Total	581.397	581.397	
Total		28.309	28.309				

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial	Controladora		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
	Caixa e equivalentes		1.968		1.968	Fornecedores	206.391
Aplicações financeiras				Empréstimos e Financ.	285.353	285.353	
Contas a receber		30.984	30.984	Total	491.744	491.744	
Total		32.952	32.952				

26. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2014	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	119.946	6.278	109	126.333
Receita entre Segmentos	(91)	(6.278)	-	(6.369)
Receita de Clientes Externos	119.855	-	109	119.964
Depreciação e Amortização	(4.659)	(747)	(1.601)	(7.007)
Receitas Financeiras	28.955	23	29	29.007
Despesas Financeiras	(139.944)	(3.449)	(44)	(143.437)
Provisão IRPJ e CSLL	1.550	673	6.159	8.382
Resultado Líquido do Período	(128.513)	(4.972)	(5.165)	(138.650)
Ativo Total	741.928	21.846	67.184	830.958
O Ativo Inclui:				
Investimentos em Coligadas				-
Adições ao Imobilizado e Intangível	205	-	-	205
Passivo Total	741.928	21.846	67.184	830.958

Em 31 de dezembro de 2013	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	114.528	7.080	375	121.983
Receita entre Segmentos	(309)	(7.080)	-	(7.389)
Receita de Clientes Externos	114.219	-	375	114.594
Depreciação e Amortização	(5.107)	(857)	(1.943)	(7.907)
Receitas Financeiras	21.936	33	60	22.029
Despesas Financeiras	(118.460)	(2.930)	(78)	(121.468)
Provisão IRPJ e CSLL	(2.065)	(515)	(342)	(2.922)
Resultado Líquido do Período	(145.297)	(6.051)	(3.525)	(154.873)
Ativo Total	739.149	23.436	69.531	832.116
O Ativo Inclui:				
Investimentos em Coligadas				-
Adições ao Imobilizado e Intangível	533	-	-	533
Passivo Total	739.149	23.436	69.531	832.116

27. Política de seguros

A Administração teve dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial. O valor da contratação do novo seguro foi 125 % maior do que apresentado no ano anterior, porém a Administração continua na busca da renovação a preços adequados, face a situação financeira atual, já que se encontra em recuperação judicial.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

28. Recuperabilidade dos Ativos (Impairment)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A empresa realiza o teste de recuperabilidade para os ativos, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

	Controladora			Consolidado		
	Contas a Receber	Estoques	Imobilizado	Contas a Receber	Estoques	Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2013	(8.891)	(703)	(8.935)	(8.894)	(703)	(22.772)
Constituições (resultado)	(12.446)	(1.317)	-	(12.488)	(1.317)	-
Reversões (resultado)	10.695	697	8.935	10.697	697	22.772
Baixas contra provisões						
Em 31 de dezembro de 2014	(10.642)	(1.323)	-	(10.685)	(1.323)	-

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e títulos vencidos há mais de 180 dias.

* * * * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, emitido com abstenção de conclusão

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. “Em recuperação judicial” (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa nr 1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial, os quais foram

homologados em 30 de outubro de 2013. No dia 02 de outubro de 2013 a assembleia geral de credores aprovou o plano de recuperação judicial. Até a presente data a Companhia não mensurou os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir a Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$138.650 mil (R\$154.873 mil em 31 de dezembro de 2013) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado no patrimônio de R\$1.192.025 mil (1.061.838 mil em 31 de dezembro de 2013). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$1.497.173 mil e R\$1.543.702 mil (757.647 mil e R\$801.010 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013) e patrimônio líquido negativo no montante de R\$1.043.218 mil e R\$1.046.177 mil, controladora e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 912.669 mil e R\$ 912.632 mil controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e são fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere e dúvida quanto a base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2014, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. Como comentado acima, a Companhia apresenta fatores operacionais que requerem uma análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), conforme pronunciamento emitido pelo CPC 01(R1), entretanto essa análise não foi apresentada pela administração da Companhia. A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e dessa forma não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2014.

4. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) a 3) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014 não divulgaram, integralmente, estes fatos.

5. Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma entidade da federação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$477.324 em 31 de dezembro de 2014 e R\$436.046 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos dependem de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e de desfecho de processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos através de pagamento e não compensação com outros tributos federais.

6. A Companhia registrou créditos de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias na rubrica de “tributos diferidos” os montantes de R\$21.666 mil, controladora e consolidado, (R\$ 21.666 mil em 31 de dezembro de 2013) quais não foram objeto de análise de “impairment” e portanto não podemos concluir quanto a realização do referido ativo fiscal diferido.

7. A Companhia apresenta na rubrica de Fornecedores, o montante de R\$ 129.549 mil (R\$ 129.549 mil em 31 de dezembro de 2013), registrado desde dezembro de 2012, relacionado a dívidas pactuadas (confissão de dívida). Entretanto, devido ao descumprimento das obrigações contratuais pactuadas, cabe a avaliação, mensuração e adequada apresentação e divulgação deste saldo contemplando o que preveem estes contratos. Adicionalmente, em dezembro de 2012, antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, em decorrência do descumprimento das cláusulas de certos contratos, as parcelas registradas no passivo não circulante deveriam ser inteiramente reclassificadas para o passivo circulante. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante nestas demonstrações financeiras.

8. A Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 319.282 mil, controladora e consolidado (R\$285.353 mil, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2013). Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, à saber: i) existem operações que montam o valor de R\$271.288 mil, controladora e consolidado, (R\$208.583 mil, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2013) atualizado com índices e taxas de juros, inferiores aos acordados contratualmente firmados com as instituições financeiras, ii) certas instituições financeiras enviaram correspondência ao administrador judicial da Companhia informando saldos de empréstimos e financiamentos significativamente diferentes dos montantes registrados nestas demonstrações financeiras em decorrência das negociações realizadas com os credores em 2012 e antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, sendo que estas instituições não responderam as cartas de circularização dos auditores, iii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 47.994 mil, controladora e consolidado (R\$ 43.577 mil em 31 de dezembro de 2013). encontram-se com seus pagamentos em atraso, mesmo antes do deferimento do pedido de

recuperação judicial, havendo, portanto, encargos não reconhecidos pelo fato da discussão judicial entre as partes e o pedido de recuperação judicial homologado em 2012 pela Companhia; iv) os empréstimos e financiamentos acima destacados contêm cláusulas de compromissos (“covenants”) sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“debt covenants”), os quais são auferidos periodicamente, para os quais a Companhia não nos apresentou evidências que comprovem o atendimento dos *covenants*. Devido a situação comentada não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.

9. Em consonância com o Plano de Recuperação Judicial, uma lista de equipamentos ociosos foram leiloados em 29 de julho de 2014. O lance arrematador foi de R\$3.385 mil. O valor histórico de custo destas máquinas, já líquidos de efeitos tributários era de R\$10.785 mil, portanto o leilão acarretou uma perda para Companhia na ordem de R\$7.400 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Esta perda reconhecida em 2014 enfatiza que a Companhia requer uma análise periódica quanto à sua capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), já comentado no parágrafo 03, e portanto, além desta ausência de análise ser uma limitação de escopo em nossos trabalhos, não conseguimos concluir à qual período de anos anteriores as perdas com as máquinas leiloadas se referem.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, até a presente data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas.

Ênfase

1. Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da Companhia, a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2014, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de março de 2014, que conteve ressalvas semelhantes sobre os assuntos dos parágrafos 1 à 9 e ênfase sobre o assunto mencionado no parágrafo 1 da seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações individuais e consolidadas”.

Recife, 30 de março de 2015.

Chronus Auditores Independentes S.S.
CRC-PE-000681/O F-SC

Rosivam Pereira Diniz
Contadora CRC-PE-014050/O S-SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A., cumprindo atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis da Companhia, elaboradas de acordo com a legislação vigente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório da Administração, examinaram também as respectivas Demonstrações Contábeis Consolidadas, compreendendo a Companhia e as empresas controladas. Considerando as análises efetuadas e levando em conta o Relatório dos Auditores Independentes de 30 de Março de 2015 da Chronus Auditores Independentes S.S. os Conselheiros abaixo assinados opinaram que os documentos estão em condições de serem submetidos aos acionistas.

Blumenau, 30 de março de 2015.

João Paulo Wust

Michele Viviane Loos

Santos Vieira

Ubirajara dos

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

TEKA-Tecelagem Kuehnrich S A, inscrita no CNPJ sob o número 82.636.986/0001-55, estabelecida na Rua Paul Kuehnrich, nº 68 - Itoupava Norte - Blumenau - Estado de Santa Catarina, DECLARA, por seus diretores, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2014.

Blumenau/SC, 30 de março de 2015.

Frederico Kuehnrich Neto
Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

TEKA-Tecelagem Kuehnrich S.A., inscrita no CNPJ sob o número 82.636.986/0001-55, estabelecida na Rua Paul Kuehnrich, nº 68 - Itoupava Norte - Blumenau - Estado de Santa Catarina, DECLARA, por seus diretores, nos termos da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as informações relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2014.

Blumenau/SC, 30 de março de 2015.

Frederico Kuehnrich Neto
Presidente e Diretor de Relações com Investidores